

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: SENHORES ACIONISTAS: É com satisfação que submetemos a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhados do parecer dos auditores independentes. **1 - INTRODUÇÃO:** Tendo completado 14 anos em 2011, a **Linha Amarela**, se consolidou como um corredor de tráfego fundamental para o deslocamento dos cariocas e o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela. A última pesquisa de satisfação dos usuários da via mostrou que 90% dos nossos usuários avaliam a administração da LAMSA como ótima e boa. Mesmo com este indicador, a organização busca soluções para melhor fluidez do tráfego, tanto no pedágio como ao longo de todo o trecho concedido, inclusive com ações fora da via principal. Passaram por nossa praça de pedágio 47 milhões de veículos em 2011, o que reafirma a importância da **Linha Amarela** como o principal eixo viário metropolitano. Através do planejamento estratégico da Companhia, desenvolvido de forma participativa e integrada, foram implementadas diversas ações nas áreas de gestão de pessoas e processos, comunicação, relacionamento com os usuários, modernização tecnológica, engenharia, pedágio e operação viária, tendo sempre como propósito dar mais conforto e segurança aos usuários da via. **2 - AÇÕES DE DESTAQUE EM 2011:** Dentre os investimentos e as obras realizadas no exercício, destacam-se a recuperação do pavimento em vários trechos da via, dragagem e limpeza de rios e canais, contenção de

encostas, reforço da sinalização vertical e horizontal, manutenção do CFTV viário, além de ações estratégicas para segurança e fluidez do tráfego, como a consolidação da operação de faixa reversível, implantação de duas pistas AVI centrais, sentido Fundão, implantação de sinalização especial nos túneis e aquisição de equipamentos e veículos para garantir a qualidade dos serviços. **3 - ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS:** Obedecendo ao estabelecido no Contrato de Concessão, a tarifa de pedágio foi reajustada no dia 1º de janeiro de 2011, passando de R\$ 4,00 para R\$ 4,30. Em 2011, a Companhia apresentou resultados positivos dentro das metas estabelecidas, apurando um crescimento de 6,7% em sua receita operacional bruta frente ao inicialmente orçado, conforme detalhado nas respectivas demonstrações contábeis. **4 - ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:** A LAMSA acredita na responsabilidade socioambiental como um passo para o desenvolvimento auto sustentável das comunidades de seu entorno. Sendo assim, apóia diferentes projetos como forma de combater as desigualdades sociais e promover a inclusão social e geração de trabalho e renda. A responsabilidade socioambiental está presente na missão, visão e no planejamento estratégico, sendo expressa em suas ações e no relacionamento ético mantido com todos os públicos de relacionamento. Com este espírito, gradativamente são ampliados os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, conseqüentemente, o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno

da via. Em 2011 os investimentos sociais com recursos próprios foram de R\$ 589 mil. Esse valor foi acrescido pela utilização de recursos incentivados, como política de desoneração, através do aproveitamento das Leis Federais Rouanet, Incentivo ao Esporte e Fundação para a Infância e Adolescência - FIA, no montante de R\$ 954mil e da Lei Municipal de Incentivo a Cultura - ISS, no montante de R\$ 695 mil, totalizando R\$ 2.238 mil. Com esses recursos foram realizados diversos projetos e campanhas voltadas para cultura, esporte, lazer, educação, saúde e meio ambiente, que alcançaram as 21 comunidades em seu entorno. **5 - RECURSOS HUMANOS:** A valorização dos seus recursos humanos é uma questão estratégica para a LAMSA, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado. **6 - OUTRAS INFORMAÇÕES:** Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que os Auditores Independentes não realizaram nenhum outro serviço além do acima referido. **7 - AGRADECIMENTOS:** Agradecemos a todos os colaboradores da LAMSA pela dedicação e empenho no desenvolvimento de suas atividades, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, aos nossos Acionistas pela confiança na administração da empresa e a todas as instituições, prestadores de serviços e fornecedores que contribuíram para o êxito alcançado neste exercício. Rio de Janeiro, 29 de Fevereiro de 2012. **A ADMINISTRAÇÃO.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4).....	2.537	13.357	PASSIVO CIRCULANTE		
Créditos a receber (Nota 5).....	9.620	6.776	Fornecedores.....	2.187	1.638
Impostos a recuperar (Nota 6).....	880	1.100	Empréstimos e financiamentos (Nota 11).....	180.983	104.603
Despesas antecipadas.....	504	408	Impostos, taxas e contribuições (Nota 6b).....	20.579	16.525
Partes relacionadas (Nota 8).....	2.399	24.221	Obrigações trabalhistas.....	5.375	5.004
Outros créditos.....	744	753	Adiantamento de clientes.....	5.436	3.887
Total do ativo circulante.....	16.684	46.615	Outras obrigações.....	773	1.283
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imóveis destinados a venda.....	-	5.100	Total do passivo circulante.....	215.333	132.940
Depósitos judiciais (Nota 7).....	2.657	2.497	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	2.657	7.597	Provisão para contingências (Nota 12).....	1.288	444
Investimento.....	145	145	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	2.968	2.251
Imobilizado (Nota 9).....	12.449	10.745	Total do passivo não circulante.....	4.256	2.695
Intangível (Nota 10).....	303.986	179.126	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)		
Total do ativo não circulante.....	319.237	197.613	Capital social.....	54.118	54.118
TOTAL DO ATIVO.....	335.921	244.228	Reservas de lucros.....	10.824	10.824
			Dividendos adicionais a distribuir.....	51.390	43.651
				116.332	108.593
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	335.921	244.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendo adicional	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010.....	54.118	10.824	-	34.841	99.783
Resultado do exercício.....	-	-	74.838	-	74.838
Dividendos pagos.....	-	-	-	(32.828)	(32.828)
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	(19.213)	-	(19.213)
Juros sobre Capital Próprio e dividendos intercalares declarados e pagos.....	-	-	(13.987)	-	(13.987)
Dividendos adicionais a distribuir.....	-	-	(41.638)	41.638	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	54.118	10.824	-	43.651	108.593
Resultado do exercício.....	-	-	84.376	-	84.376
Dividendos pagos.....	-	-	-	(40.941)	(40.941)
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	(21.094)	-	(35.000)
Juros sobre Capital Próprio e dividendos intercalares declarados e pagos.....	-	-	(13.906)	(696)	(696)
Dividendos adicionais a distribuir.....	-	-	(49.376)	49.376	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	54.118	10.824	-	51.390	116.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais. A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - R.J. - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, a LAMSA apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 198.649 (R\$ 86.325 em 31 de dezembro de 2010), devido ao alto investimento assumido em 2010, conforme o 11º aditivo do contrato de concessão (R\$ 254.000) e a não estruturação completa de suas fontes de financiamento, o que já vem sendo trabalhado pela administração da Companhia que visa alongar o perfil da dívida. Com o 11º aditivo, a LAMSA estendeu o prazo da concessão por 15 anos, em que irá recuperar o investimento. **2. Políticas contábeis.** A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. **2.1. Reconhecimento de receita.** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável: a) **Receita de serviços.** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. b) **Receita de juros.** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) **Receitas de construção.** Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessão rodoviária, e que tal concessão é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data da contratação) com liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. **2.3. Créditos a receber.** Os créditos a receber referem-se, substancialmente, à receitas de pedágio eletrônicos, as quais são registradas pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realiza-

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Receitas.....	341.111	309.367
Receita de serviços.....	211.333	186.042
Receita de construção.....	129.508	122.670
Outras receitas.....	270	655
Insumos adquiridos de terceiros.....	(178.256)	(167.415)
Custos das mercadorias e serviços vendidos.....	(39.138)	(38.166)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(13.382)	(10.152)
Custo de construção.....	(125.735)	(119.097)
Perda/recuperação de valores ativos.....	-	-
Outros Custos.....	-	-
Valor adicionado bruto.....	162.855	141.952
Retenções		
Depreciação e amortização.....	(7.198)	(5.819)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	155.657	136.133
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras.....	5.833	3.721
Valor adicionado total a distribuir.....	161.490	139.854
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos.....	(8.538)	(11.747)
Impostos, taxas e contribuições.....	(63.138)	(51.276)
Impostos federais.....	(53.242)	(43.161)
Impostos municipais.....	(10.541)	(9.269)
Impostos estaduais.....	(72)	(61)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos.....	717	1.215
Juros, aluguéis e terceiros.....	(6.134)	(8.393)
Juros s/ Capital Próprio (Reversão).....	696	3.200
Lucros retidos.....	(84.376)	(71.638)
	(161.490)	(139.854)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ção dos créditos. **2.4. Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do imobilizado equipamentos e peças de reposição estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.5. Intangível.** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.6. Provisão para recuperação de ativos não financeiros.** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos. **2.7. Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	2011	2010
Receita de serviços (Nota 14).....	193.027	170.006
Receita de construção (Nota 14).....	129.508	122.670
Total Receitas líquidas.....	322.535	292.676
Custo dos serviços prestados (Nota 16).....	(48.680)	(38.166)
Custo de construção (Nota 16).....	(125.735)	(119.097)
Lucro bruto.....	148.120	135.413
Despesas e receitas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 16).....	(23.372)	(22.167)
Outras (despesas) receitas operacionais.....	231	(1.723)
	(23.141)	(23.890)
Despesas e receitas financeiras		
Despesas financeiras (Nota 15).....	(6.134)	(8.393)
Receitas financeiras (Nota 15).....	5.833	3.721
	(301)	(4.672)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	124.678	106.851
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 6).....	(40.281)	(33.998)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6).....	(717)	(1.215)
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	83.680	71.638
Reversão dos juros sobre capital próprio.....	696	3.200
Lucro líquido do exercício.....	84.376	74.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa das operações		
Resultado antes dos impostos.....	124.678	106.851
Ajustes		
Margem de construção.....	(3.772)	(3.573)
Depreciação e amortização.....	7.198	5.819
Baixa de bens do imobilizado e intangível.....	39	290
Impostos de renda e contribuição social correntes.....	(40.281)	(33.998)
Impostos de renda e contribuição social diferidos.....	(717)	(1.215)
Provisões diversas.....	844	-
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	3.710	4.461
Lucro líquido ajustado.....	91.699	78.635
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes.....	(2.844)	4.529
Depósitos judiciais.....	-	280
Impostos a recuperar.....	440	(767)
Adiantamentos.....	(96)	5
Outros créditos.....	8	(186)
Imóveis vendidos.....	5.100	(5.100)
Fornecedores.....	549	1.382
Impostos, taxas e contribuições.....	4.773	2.266
Obrigações trabalhistas.....	371	709
Adiantamento de clientes.....	1.549	(1.121)
Outras obrigações.....	(508)	(810)
Fluxo de caixa gerado pelas operações.....	101.041	79.822
Fluxos de caixa de investimento		
Aquisição de intangível.....	(126.015)	(118.942)
Aquisição de imobilizado.....	(4.015)	(2.326)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento.....	(130.030)	(121.268)
Fluxos de caixa de financiamento		
Captação de empréstimos.....	322.289	100.000
Pagamento de empréstimos.....	(250.000)	

ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **2.9. Benefícios aos empregados.** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. A Companhia não patrocina planos de pensão ou benefícios pós-emprego. **2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não identificou ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente. **2.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos.** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Valor justo de instrumentos financeiros.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. **2.13. Instrumentos financeiros.** a) **Reconhecimento inicial e mensuração.** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pela caixa e equivalentes de caixas, créditos a receber, contas a pagar e empréstimos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos. b) **Mensuração subsequente.** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando uma opção de valor justo no momento da apresentação. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado. Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.14. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.15. Ativo mantido para venda.** Os ativos (imóveis) mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores forem recuperados por meio de uma transação de venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e os ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição atual. Em 31 de dezembro de 2010 este ativo estava registrado no ativo não circulante. Em maio de 2011 a Companhia iniciou a efetiva negociação dos imóveis, consequentemente em 30 de junho de 2011 os respectivos saldos foram reclassificados para o ativo circulante. Em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou o "Instrumento particular de cessão de créditos com assunção

de obrigação e outras avenças", vendendo os dois imóveis, que estavam contabilizados pelo valor R\$ 5.100, pelo montante de R\$ 3.800 cada, apurando um ganho de R\$ 1.250 em cada imóvel. **2.16. Contratos de concessão - ICPC 01.** A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão. **2.17. Resultado por ação.** O resultado por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação. **2.18. Novos pronunciamentos contábeis.** Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011. Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia. CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 27. Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **3. Contrato de concessão.** A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E. Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$ 251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária, como segue: • Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição; • Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira; • Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende; • Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente a Flocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho; • Recuperação do pavimento na Linha Vermelha; • Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha; • Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno; • Ampliação do viaduto de Manguinhos e de seus acessos. • Urbanização de parques lineares em torno da via. Como contrapartida destes investimentos que serão realizados pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015. A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro. A extensão do prazo de concessão gerou um compromisso de construir no montante de R\$ 251.698 dos quais R\$ 247.608 já destinados sendo, R\$ 245.209 de custos incorridos e R\$ 2.399 de adiantamentos concedidos (R\$ 136.845 em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$ 123.639 de custos incorridos e R\$ 13.206 de adiantamentos concedidos) já haviam sido cumpridos até 31 de dezembro de 2011, restando o montante de R\$ 4.090 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 114.853 em 31 de dezembro de 2010) a cumprir. O contrato de concessão acima sumariado foi classificado como ativo intangível na medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela LAMSA. Não houve alteração relevante no contrato de concessão citado acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos.....	2.537	1.693
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	11.664
	<u>2.537</u>	<u>13.357</u>

As aplicações financeiras em CDB são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. O montante aplicado refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas que variam entre 96,0% e 103,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

5. Créditos a receber

	2011	2010
Cartões de crédito	2.081	1.683
Concessionárias de rodovias (a)	7.463	5.016
Outros.....	76	67
	<u>9.620</u>	<u>6.776</u>

(a) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via. O prazo médio de recebimento desses valores é de 30 dias. **6. Impostos, taxas e contribuições.** a) Impostos a recuperar

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	-	873
Imposto sobre operações financeiras.....	-	100
Imposto de renda retido na fonte	754	-
Imposto sobre Serviços.....	126	127
	<u>880</u>	<u>1.100</u>

Os impostos a recuperar no circulante referem-se basicamente às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia cuja previsão de realização é menor que doze meses. b) **Impostos a recolher**

	2011	2010
Imposto de renda.....	13.661	5.492
Contribuição social	5.090	9.269
Imposto sobre serviço	932	854
Impostos retidos na fonte	215	263
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS.....	121	485
Programa de integração social - PIS	560	105
Outros.....	-	57
Total	<u>20.579</u>	<u>16.525</u>

c) **Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício.** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2011	2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	124.678	106.851
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	42.390	36.329
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período		
Adições permanentes.....	666	(1.473)
Outros	(843)	(995)
Diferenças temporárias		
Ajustes ICPC 01.....	717	1.215
Doações Incentivadas	(954)	-
Outros	(978)	137
Total dos impostos correntes.....	<u>40.998</u>	<u>35.213</u>
Taxa efetiva.....	33%	33%

7. Depósitos judiciais

	2011	2010
Civil	91	91
Tributário	2.405	2.245
Trabalhista	161	161
Total	<u>2.657</u>	<u>2.497</u>

Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retenção deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$ 1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o valor depositado judicialmente será recuperado, não sendo necessária a constituição de provisões para contingências. **8. Partes relacionadas.** As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Em relação aos mútuos realizados entre as partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento e melhor gestão das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros compatíveis com o mercado. Em 28 de dezembro de 2010 a Companhia celebrou um instrumento particular de contrato de mútuo com a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada por sua acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. Invepar, no montante de R\$ 11.000, com prazo de 30 dias e vencendo encargos de 100% da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI adicionado de uma sobretaxa de 0,2% ao mês, calculado *pro rata die*. Em 31 de dezembro de 2010 o crédito montava em R\$ 11.015 (receita de juros de R\$ 15) e foi integralmente liquidado em fevereiro de 2011. Em 31 de maio de 2010, a LAMSA adiantou o montante de R\$ 20.089 à Construtora OAS Ltda., (já havia adiantado R\$ 5.271 em dezembro de 2009) controladora indireta, para a execução de obras civis e melhorias na via, referente ao 11º termo aditivo do contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 2 anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 211.412, devendo os pagamentos serem realizados mensalmente, abatendo do valor adiantado. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do adiantamento é de R\$ 2.399 e não há impactos no resultado. **Remuneração da administração.** A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$ 1.091 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.858 em 2010).

Composição	2011	2010
Pró-labore.....	528	875
Bônus variáveis	363	630
Encargos	106	214
Outros benefícios	94	139
Total	<u>1.091</u>	<u>1.858</u>

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação				
Imobilizado - custo	%	2010	Adições	Baixas	2011
Proteção acústica	4	520	-	-	520
Etiquetas eletrônicas	20	6.326	178	-	6.504
Instalações.....	10	2.602	937	-	3.539
Máquinas e equipamentos.....	10	5.549	1.685	(26)	7.208
Móveis e utensílios	10	893	15	(26)	882
Veículos.....	20	2.551	652	(89)	3.114
Benfeitorias.....	4	2.521	225	-	2.746
Equipamentos de informática	20	2.798	323	(7)	3.114
		<u>23.760</u>	<u>4.015</u>	<u>(148)</u>	<u>27.627</u>

Imobilizado - depreciação	2010			2011
Proteção acústica	(265)	(21)	-	(286)
Etiquetas eletrônicas	(5.839)	(148)	-	(5.987)
Instalações.....	(833)	(403)	-	(1.236)
Máquinas e equipamentos	(1.705)	(569)	11	(2.263)
Móveis e utensílios	(462)	(73)	21	(514)
Veículos.....	(1.588)	(645)	79	(2.154)
Benfeitorias.....	(532)	(88)	-	(620)
Equipamentos de informática	(1.791)	(336)	9	(2.118)
	<u>(13.015)</u>	<u>(2.283)</u>	<u>120</u>	<u>(15.178)</u>

Imobilizado Líquido.....

	Taxas anuais de depreciação				
Imobilizado - custo	%	2009	Adições	Baixas	2010
Proteção acústica	4	520	-	-	520
Etiquetas eletrônicas	20	6.314	12	-	6.326
Instalações.....	10	2.138	464	-	2.602
Máquinas e equipamentos.....	10	4.725	966	(142)	5.549
Móveis e utensílios	10	839	79	(25)	893
Veículos.....	20	2.344	365	(158)	2.551
Benfeitorias.....	4	2.494	27	-	2.521
Equipamentos de informática	20	2.422	413	(37)	2.798
Imobilizado em andamento		<u>30</u>	-	(30)	-
		<u>21.826</u>	<u>2.326</u>	<u>(392)</u>	<u>23.760</u>

Imobilizado - depreciação	2010			2010
Proteção acústica	(244)	(21)	-	(265)
Etiquetas eletrônicas	(5.622)	(217)	-	(5.839)
Instalações.....	(511)	(322)	-	(833)
Máquinas e equipamentos	(1.255)	(464)	14	(1.705)
Móveis e utensílios	(406)	(75)	19	(462)
Veículos.....	(1.074)	(562)	48	(1.588)
Benfeitorias.....	(448)	(84)	-	(532)
Equipamentos de informática	(1.489)	(323)	21	(1.791)
	<u>(11.049)</u>	<u>(2.068)</u>	<u>102</u>	<u>(13.015)</u>

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo

contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. A companhia não possui ativos dados em garantia nas operações de financiamento. **10. Intangível**

	Taxas anuais de amortização %		Baixas/Transfêrências	
	2010	Adições	2011	2011
Intangível - custo				
Software.....	20	4.035	285	(11)
Sistema automatizado.....	10	254	-	254
Direitos de concessão.....	Prazo de concessão	202.520	-	62.927
Intangível em construção.....		85.758	129.501	(62.927)
		292.567	129.786	(11)
		2010	Adições	Baixas
				2011

	Taxas anuais de amortização %		Baixas	
	2010	Adições	2011	2011
Intangível - amortização				
Amortização acumulada software e sistemas automatizados.....		(2.668)	(626)	-
Direitos de concessão.....		(110.773)	(4.291)	-
		(113.441)	(4.917)	2
Intangível líquido..		179.126	124.869	(9)

	Taxas anuais de amortização %		Baixas	
	2010	Adições	2011	2011
Intangível - custo				
Software.....	20	3.845	190	-
Sistema automatizado.....	10	254	-	254
Direitos de concessão.....	Prazo de concessão	154.955	47.565	-
Intangível em construção.....		10.998	74.760	-
		170.052	122.515	-
		2010	Adições	Baixas
				2011

	Taxas anuais de amortização %		Baixas	
	2010	Adições	2011	2011
Intangível - amortização				
Amortização acumulada software e sistemas automatizados.....		(2.064)	(2.113)	-
Direitos de concessão.....		(107.626)	(1.638)	-
		(109.690)	(3.751)	-
Intangível líquido..		60.362	118.764	-

A Companhia tem realizado ampliações e melhorias objetos dos contratos de concessão. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital externo, a companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 14.973 (R\$ 508 em 31 de dezembro de 2010). De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. A companhia não possui intangíveis dados em garantia nas operações de financiamento. **11. Empréstimos:** Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu e descontou junto ao Banco Santander S.A. Nota Promissória no valor de R\$ 100.000, com encargos de variação dos Certificados de Depósito Interbancários - CDI adicionados de uma sobre taxa de 0,50% a.a., com vencimento em 15 de janeiro de 2011, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão mencionado na Nota 3. Em 31 de dezembro de 2010, haviam sido provisionados R\$ 4.603 de juros incorridos até a data. Não há garantia para esta nota promissória. Em 19 de janeiro de 2011 essa nota promissória foi resgatada. Em 19 de janeiro de 2011 a Companhia emitiu e descontou junto ao Banco Santander S.A. Nota Promissória no valor de R\$ 150.000, com encargos de variação dos Certificados de Depósito Interbancários - CDI adicionados de uma sobre taxa de 0,55% a.a., com vencimento em 18 de julho de 2011, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão mencionado na Nota 3. Em 30 de Junho de 2011, haviam sido provisionados R\$ 8.661 de juros incorridos até a data. Não há garantia para esta nota promissória. Em 15 de julho de 2011 essa nota promissória foi resgatada. Em 15 de julho de 2011 a Companhia emitiu e descontou junto ao Banco Santander S.A. novas notas promissórias no valor total de R\$ 170.000, com vencimento em 11 de janeiro de 2012, com encargos de 100% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia (DI), expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 0,90% ao ano, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão mencionado na Nota 3. Em 31 de dezembro de 2011, haviam sido provisionados R\$ 9.686 de juros incorridos até a data. Não há garantia para esta nota promissória. O pagamento foi efetuado dentro do prazo de vencimento, em 10 de janeiro de 2012. A cláusula restritiva é como segue: Dívida Líquida/LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) inferior ou igual a 3,0. Em 31 de dezembro de 2011 este índice foi observado. **12. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus

consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2010	Provisões Adicionais	Provisões Revertidas	Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas.....	280	297	(280)	297
Cíveis.....	164	991	(164)	991
Total.....	444	1.288	(444)	1.288

a) **Contingências cíveis:** A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. b) **Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda, estimadas em R\$ 6.239 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 4.532 em 2010). **13. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O estatuto social da companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente o estatuto social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração. Caberá à Assembléia Geral deliberar sobre a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício. Os dividendos e juros sobre o capital próprio foram calculados como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício.....	84.376	74.838
Ajuste adoção novas práticas.....	-	2.013
Lucro líquido ajustado.....	84.376	76.851
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	(21.094)	(19.213)
Dividendos intercalares propostos e pagos (a)....	(13.906)	(10.787)
Juros sobre capital pagos.....	(696)	(3.200)
Dividendos adicionais propostos.....	48.680	43.651

(a) Declarados e pagos com base em balanço semestral, como deliberado pelo Conselho de Administração, dentro de suas atribuições previstas no estatuto da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 a companhia havia pago o montante de R\$ 696 de juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2010, considerando que a reserva legal da Companhia já atingiu o limite máximo para constituição, a Administração propôs a distribuição do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, qual seja R\$ 41.638. Em 28 de março de 2011, o Conselho de Administração aprovou o pagamento dos referidos dividendos no montante de R\$ 40.941, os quais foram pagos em 29 de março de 2011. Em 19 de agosto de 2011, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de até R\$ 35.000. Em 22 de agosto de 2011 foram pagos R\$ 29.998. O valor remanescente foi pago em 28 de dezembro de 2011. **14. Receita operacional, líquida:**

	2011	2010
Receita bruta de pedágio.....	211.333	186.042
Receita de contrato de construção.....	129.508	122.670
Deduções da receita.....	(18.306)	(16.036)
	322.535	292.676

	2011	2010
Descontos obtidos.....	1	10
Juros sobre aplicações financeiras.....	2.328	2.525
Variação monetária ativa.....	381	142
Outros.....	3.123	1.044
Total receitas financeiras.....	5.833	3.721
Comissões e despesas bancárias.....	(610)	(861)
Juros sobre empréstimos.....	(4.092)	(4.087)
Juros sobre Capital Próprio.....	(696)	(3.200)
Outros.....	(736)	(245)
Total despesas financeiras.....	(6.134)	(8.393)
Resultado financeiro líquido.....	(301)	(4.672)

	2011	2010
Operacionais.....	17.311	7.869
Administrativas.....	23.372	22.166
Pessoal e encargos.....	24.074	24.434
Depreciação e amortização.....	7.201	5.819
Marketing e venda de serviços.....	94	44
Custo de construção.....	125.735	119.097
	197.787	179.429
Custo de serviços.....	48.680	38.166
Custo de construção.....	125.735	119.097
Despesas gerais e administrativas.....	23.372	22.166
	197.787	179.429

17. Seguros: A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora
LAMSA	Garantia	R\$ 16.739	18/12/11 a 17/12/12	J.Malucelli
LAMSA	Responsabilidade		01/08/11 a 01/08/12	Tóquio Marine
LAMSA	Civil geral	R\$ 25.000	01/08/12	Tóquio Marine
LAMSA	Riscos operacionais	R\$ 180.000	01/08/11 a 01/08/12	Tóquio Marine

18. Compromissos e responsabilidades: Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

Contratado	Serviço	Valor Mensal	Data Assinatura	Prazo Vigência
Vida UTI	Resgate em Ambulâncias	R\$ 105	10/11/2008	Indeterminado
Locar	Resgate com Guinchos	R\$ 73	12/09/2008	12/01/2013
Sitran	Segurança	R\$ 95	04/12/2010	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial. **19. Instrumentos financeiros:** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. As operações da Companhia estão sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos: a) **Créditos, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado:** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e empréstimos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento. b) **Exposição a riscos de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros do empréstimo estão vinculadas à variação do CDI. c) **Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, os quais nem todos estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos com características de hedge. O passivo financeiro, registrado em 30 de junho de 2011, foi quitado na data de seu vencimento, 15 de julho de 2011, pelo valor de R\$ 158.661. Nesta mesma data, foram emitidas e descontadas novas notas promissórias no valor total de R\$ 170.000, com vencimento em 11 de janeiro de 2012 com encargos de 100% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia (DI), expressas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 0,90% ao ano. Em 31 de dezembro de 2011, haviam sido provisionados R\$ 9.686 de juros incorridos até a data. Não há garantia para esta nota promissória. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Risco	Cenário		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Notas Promissórias	CDI	10.193	10.296	10.398

20. Resultado por ação: Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as Demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Numerador básico	2011		2010	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais.....	28.125	56.251	84.376	24.613
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações.....	51.927	103.855	155.782	51.927
Lucro Básico e Diluído por ação (R\$) ..	541,63	541,63	473,98	473,98

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações. **21. Eventos subsequentes:** Em 10 de janeiro de 2012 a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 cada, perfazendo o montante de R\$ 180.000. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 04 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão mencionado na Nota 3.

A DIRETORIA

Fábio da Silva Baptista
Contador - CRC: 1SP170223/S-8-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** - Rio de Janeiro - RJ. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos

da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as demonstrações financeiras do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2012
ERNST & YOUNG TERCO

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Mauro Moreira
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4